MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

TC 020.946/2011-2

Tomada de contas especial

Ministério da Saúde (MS)

Recurso de Reconsideração

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Pedro Vasconcelos Sousa, presidente da Fundação Beneficente de Saúde e Assistência Social São Bernardo, contra o Acórdão 6.722/2014-TCU-1ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, e condenou-o ao pagamento de débito no valor histórico de R\$ 33.058,98 (peças 35-37).

2. A tomada de contas especial (TCE) foi instaurada em decorrência da impugnação de despesas pagas com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no período de julho a novembro de 1995 e de maio a junho de 1997. Em inspeção realizada por médicos do Ministério da Saúde (MS), foram identificadas inconsistências entre Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) e prontuários de atendimentos a pacientes do SUS, com a ausência de comprovação da efetiva realização de serviços médicos hospitalares, cobrança indevida de consultas nos procedimentos realizados e supostas diárias para acompanhantes (peça 2, p. 7-19, 110-128, 136-138, 153, 201-203; peça 36).

3. A Serur, após exame de admissibilidade ratificado pelo Ministro-Relator (peças 58-59 e 62), examinou os argumentos trazidos aos autos pelo responsável e concluiu, em pareceres uniformes, pela impossibilidade de acolhê-los, motivo pelo qual propõe negar provimento ao recurso interposto (peças 70-72).

4. De minha parte, manifesto-me de acordo com o encaminhamento sugerido.

5. No recurso apresentado (peça 50), o responsável traz argumentos de mesmo teor daqueles mencionados na peça de defesa (peça 17). Alega que o grande lapso temporal decorrido entre os fatos e sua notificação por este Tribunal (cerca de 16 anos) traz prejuízos ao contraditório e à ampla defesa e afirma que há muito não faz parte da administração da Fundação Beneficente de Saúde e Assistência Social São Bernardo. Além disso, argumenta ter ocorrido a prescrição, nos termos dos artigos 1º, §2º; e 5º, §5º da Instrução Normativa/TCU 56/2007. Afirma que, desde 1996, quando a Fundação recebeu ofício do Ministério da Saúde sobre as supostas irregularidades, nunca mais foi notificado sobre a situação, até tomar conhecimento da notificação pelo TCU em outubro de 2013. Argumenta, ainda, que não pode ser responsabilizado pelos fatos irregulares, já que a ausência de prestação de contas deveu-se à inércia da Fundação Beneficente de Saúde e Assistência Social São Bernardo, e que a efetiva aplicação dos recursos estava a cargo de outros membros da entidade.

6. Quanto aos argumentos do responsável no sentido de que houve prejuízo ao contraditório e à ampla defesa em razão do lapso temporal, considero que não devem ser acolhidos. A questão já foi devidamente debatida no voto condutor do acórdão recorrido (peça 36). Como destacado pela Serur, as irregularidades foram apontadas pelo Ministério da Saúde em 1996 e 1997, ou seja, em data bastante próxima à ocorrência dos fatos. Na oportunidade, observa-se que o Sr. Pedro Vasconcelos Sousa, presidente da entidade, tomou conhecimento dos fatos, já que foi o responsável pelas respostas encaminhadas ao ministério (peça 2, p. 25-56, 60 e 147-149). Tendo conhecimento dos questionamentos, caberia ao recorrente, na condição de gestor dos recursos, ter adotado medidas de forma a manter devidamente

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

arquivados os documentos aptos a demonstrar a regularidade das despesas, o que, segundo os elementos constantes dos autos, não ocorreu.

7. Além disso, apesar de afirmar que há muito não faz parte da administração do hospital, os documentos juntados às peças 18 e 52 demonstram o contrário. Segundo esses documentos, o Sr. Pedro Vasconcelos Sousa ainda ocupa a presidência da fundação.

8. Superada a questão do cerceamento de defesa, entendo que a análise empreendida no voto condutor do Acórdão 6.722/2014-TCU-1ª Câmara quanto à alegação de prescrição é suficiente para afastá-la quanto ao débito apurado, considerando a jurisprudência no sentido da imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário (peça 36, p. 2).

9. Considero não caber também o argumento de que a efetiva aplicação de recursos ficou a cargo de outros membros do hospital, não sendo ônus do recorrente a organização dos papéis e a prestação de contas. Na qualidade de administrador da Fundação Beneficente de Saúde e Assistência Social São Bernardo, o Sr. Pedro Vasconcelos Sousa é solidariamente responsável com a entidade pela regular aplicação dos valores, tendo em vista tratar-se da transferência de recursos federais para a consecução de uma finalidade pública. A jurisprudência desta Corte é nesse sentido, como se observa dos vários acórdãos mencionados pela Serur como, por exemplo, os acórdãos 2763/2011-TCU-Plenário, 1620/2013-TCU-1ª Câmara, 1934/2005-TCU-2ª Câmara.

10. Diante do exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta sua concordância em relação à proposta da Serur (peças 70-72) pelo conhecimento do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se os termos do acórdão recorrido.

(assinado eletronicamente)

Sergio Ricardo Costa Caribé

Procurador